

Safe Standard® – Country Annex: São Tomé and Príncipe / República Democrática de São Tomé e Príncipe (2025.1 Public Template)

Valid only for rentals occurring within São Tomé and Príncipe.

ENGLISH VERSION

1. National Legal Basis Relevant São Toméan laws: • Civil Code (Portuguese-based) – contracts, obligations, liability • Consumer Protection principles (no unified statute) • E-Commerce and Digital Transactions – emerging legal framework • Product Safety & Standards — Direção de Normalização e Qualidade • Civil Procedure Code Jurisdiction: court where the rental occurs unless agreed otherwise. Contract validity: private rental agreements are enforceable under national civil-law principles.
2. Tax and Reporting Rental income is taxable. VAT (Imposto sobre o Valor Acrescentado – IVA): • Standard VAT rate: 15% Record keeping: minimum 5 years (Autoridade Tributária).
3. Liability and Insurance Liability requires: • negligence or fault • actual provable damage • causation Gross negligence or intentional harm cannot be excluded. Template limits: • USD 270 per rental • USD 900 for Mobility Recommended insurance: • Civil liability insurance • Equipment/business insurance
4. Consumer Rights & Withdrawal General consumer-protection rules apply. No EU-style 14-day withdrawal for fixed-date rentals. Refund rules: • Before handover: per agreement • After handover: only if unsafe, defective, or unusable.
5. Data Protection No GDPR-equivalent unified data-protection law. General privacy norms apply. Safe Standard® stores no personal data; Stripe processes payments externally.
6. Enforcement & Cross-Border Cases Handled by São Toméan civil courts. Foreign judgments require formal recognition. Arbitration allowed with written agreement.
7. Use of Templates in São Tomé and Príncipe Annex is internal reference only. Steps: 1. Rental Agreement (Country: São Tomé and Príncipe) 2. Focus Checklist at handover 3. Photo Rule — No notes = No damage = No photos 4. Use Damage Invoice if needed 5. Annex is NOT shared with renter.

VERSÃO PORTUGUESA

1. Base jurídica nacional Leis relevantes: • Código Civil (base portuguesa) • Princípios de proteção ao consumidor • Comércio eletrónico (quadro em desenvolvimento) • Segurança de produtos — Direção de Normalização e Qualidade • Código de Processo Civil
2. Impostos e registos IVA: 15 % Conservação de documentos: 5 anos.
3. Responsabilidade e seguro Requer negligência, dano real e causalidade. Limites: • 270 USD por aluguer • 900 USD Mobility
4. Direitos do consumidor Sem direito de retratação de 14 dias para serviços com data fixa.
5. Proteção de dados Quadro legal em desenvolvimento.
6. Execução Reconhecimento judicial de sentenças estrangeiras é necessário.
7. Uso em São Tomé e Príncipe O anexo NÃO é entregue ao cliente.